

## Gênero em questão – apontamentos para uma discussão teórica

Glaydson José da Silva<sup>1</sup>  
Doutorando em História – UNICAMP  
[gjs@obelix.unicamp.br](mailto:gjs@obelix.unicamp.br)

### Resumo

Este texto tem por objetivo apresentar algumas considerações teóricas a respeito dos “estudos de gênero”. Para esse fim, busca-se contextualizar o surgimento desses estudos no cenário historiográfico, ao passo mesmo que se procura dar conta de algumas mudanças pelas quais passou esse “novo” domínio histórico ao longo de sua trajetória intelectual.

### Palavras-chave

Modernidade – Pós-modernidade - História das mulheres - gênero

### Da modernidade à pós-modernidade – crises e perspectivas

Qualquer observador atento à produção intelectual do Ocidente nas últimas décadas verá o pessimismo que a caracterizou, ainda que nela não creia, que dela não faça parte. À guisa de reflexão acerca da crise da modernidade, ideólogos como Francis Fukuyama preconizavam, à sombra dos escombros do Muro de Berlim, o fim da história, das ideologias e o triunfo da democracia liberal, cuja legitimidade como sistema de governo poderia constituir o “ponto final da evolução ideológica da humanidade” (FUKUYAMA, 1992: 11). Na esteira oportuna de (re) leituras da Revolução Francesa (“*afastadas dos estudos consagrados na linhagem de fundamentação marxista*”<sup>2</sup>), por ocasião de seu bicentenário, e crise dos regimes socialistas do leste europeu, esses discursos coadunavam com o empenho do governo norte-americano de suplantar o ideário comunista e triunfar a Guerra Fria. Como corolário dessa empresa triunfalista, a evolução das Ciências Sociais nos Estados Unidos, durante a Guerra Fria, ficou condicionada a sua ligação ao Departamento de Defesa da CIA. e a algumas fundações conservadoras, em uma engenhosa ofensiva ideológica (FONTANA, 1998: 17 e seguintes). Contudo, ainda que se considere toda a simbologia de 89 – por conta do bicentenário, e sua herança real – eclodir das crises dos socialismos - a descrença no marxismo como metanarrativa explicadora dominante é anterior, estando fortemente atrelada às metamorfoses pelas quais passou a história desde o segundo quartel do século XX.

<sup>1</sup> Programa de Pós-Graduação em História - doutorado, Universidade Estadual de Campinas/Université de Paris I – Sorbonne. Bolsista FAPESP.

<sup>2</sup> Nota de Maria Aparecida de Aquino na apresentação da tradução brasileira do livro *História depois do fim da História*, do historiador Josep Fontana.

Isto não significa que o descrédito das velhas correntes dominantes tenha começado em 1989. Muito pelo contrário, sua decadência havia se iniciado muito antes, coincidindo com as grandes mudanças que acompanharam o abandono progressivo da "história social" em benefício da "história cultural", com os avanços da sociologia histórica e com a propagação do "giro lingüístico" na história (FONTANA, 1998: 8)

É nesse contexto de profundas e significativas mudanças no interior da disciplina histórica no Ocidente que irão se desenvolver novas tendências historiográficas (incluindo aqui as de gênero, que se procurará tratar, brevemente, neste texto), melhor compreensíveis, creio, se analisadas a partir da crise do *projeto* social iluminista.

Caracterizado pela crença no racionalismo e otimismo, em relação à ciência e à técnica, advinda do Renascimento do XVI e do Racionalismo do XVII, o ideário do Iluminismo irá constituir as bases das diferentes ciências nos séculos seguintes. Em meio a processos de secularização de algumas sociedades européias, em especial a francesa, a razão iluminista irá eleger como alvos de uma crítica contundente o Estado Absolutista e o Cristianismo. Da religião à razão, da transcendência à imanência, essa passagem é sempre associada às idéias de civilização e progresso, que instaurarão binômios (como natural e não natural, ciência e espírito e conteúdo e forma) que se cristalizarão nas sociedades ocidentais, ao menos até as portas do século XXI.

A concepção desenvolvimentista e evolucionista de homem e mundo, forjada pelo ideário iluminista, irá nortear as nascentes filosofias da história do XVIII, concebidas a partir de idéias que preconizavam o devir da matéria, a evolução das espécies e o progresso dos seres humanos (BOURDÉ & MARTIN, 1990: 44). Imbuídas de um marcado pensamento teleológico, essas filosofias irão apregoar a orientação da evolução humana, com vistas para o desenvolvimento de estados sucessórios e ascendentes e a concretização de etapas definitivas e apoteóticas ao *findar* desse mesmo desenvolvimento. Preocupados em demonstrar a evolução da humanidade, por meio de grandes metanarrativas explicadoras das experiências humanas, ideólogos como Comte e Marx irão teorizar, em uma perspectiva de linearidade, etapas sociais, seja pelos estados teóricos e a física social de um ou pelos modos de produção do outro. Apregoando a evolução humana orientada para um fim, um *fim* da história, esse pensamento não mais faz que (re)apropriar, para o Ocidente, mais uma vez, o velho Platão, que, no Fedro, apontava para a ordem universal e seus benéficos resultados, para *a verdade, o bem e o belo*.

O pensamento teleológico de grandes ideólogos como Hegel, Kant, Comte e Marx irá respaldar nossa tradição intelectual, ora atingida em suas bases pela alardeada crise dos velhos paradigmas modernos. O século XX, com todos seus avanços científicos, só fará explicitar o fracasso do ideário iluminista, mostrando a utilização nefasta da ciência que, a título de salvamento da humanidade, muitas vezes pôs, e ainda põe, em risco essa mesma humanidade. O ideal salvador trouxe, em seu rastro, as grandes guerras mundiais, a ameaça atômica, as autocracias, os colonialismos, os imperialismos, os conflitos étnicos, religiosos, econômicos e sexuais das sociedades não resolvidos, problemas ecológicos potencializados, globalização, desemprego,

violência, acirramento de desigualdades, miséria, etc. As benesses do progresso, quando *democratizadas*, salvaram a muitos, quando não, o que comumente aconteceu, a eleitos, consolidando uma crudelíssima política elitista, excludente. Representando a não concretização de um projeto moderno, iluminista, que levaria os homens à maioria kantiana, que os tiraria da barbárie e os inseriria em sociedades civis perfeitas, completas, o mundo contemporâneo é o *locus* das incertezas e indefinições, reflexo da não linearidade anteriormente prevista e da *pressão cumulativa de eventos históricos* (FLAX, 1991: 218)

Corroendo as bases em que se configurou a modernidade, as ciências, hoje, põem em questão o estatuto de verdade da epistemologia iluminista, assim como, também, seus modelos racionalizadores. Na esteira de Nietzsche e Foucault, principalmente, e outros, o império da subjetividade e da relativização assume lugares cada vez mais consolidados. No ambiente historiográfico, a crise é percebida pela agonia de modelos empiricistas, positivistas de se fazer história e pelo ceticismo em relação às metanarrativas. Uma crítica contundente se erigirá contra a busca das origens, o desejo da verdade histórica e os essencialismos. A concepção de verdade iluminista, como algo existente e por ser apreendido, e seus corolários, perde espaço para epistemologias menos pretensiosas que, de uma perspectiva social e culturalista, percebe indivíduos e práticas como construções discursivas. Paralelo à falência de velhos modelos normatizadores e essencialistas do humano se dará a constituição de uma história mais democrática, incluyente, revisionista, mesmo, dos moldes classificadores e domadores do XIX, instituídos por sujeitos históricos universais europeus, burgueses, colonialistas, brancos, machos e cristãos, os arquitetos da modernidade, que mais não fizeram que reificar suas próprias experiências. A sociedade contemporânea é bem representativa do esgotamento da modernidade, da desconfiança das verdades absolutas e das grandes generalizações, dos discursos totalizantes, tendo feito emergir, às expensas do fim de valores, concepções e modelos tradicionais, outros, e, a partir deles a constituição de uma nova história, que irá negar a simplória relação entre passado e presente, o continuísmo histórico, as origens determinadas, as significações ideais, etc. É nesse contexto, de ampla revisão teórica, que se inserem as *questões de gênero*, cuja análise de alguns apontamentos constitui o objetivo desse texto.

### **Por que tudo isso?**

Nos últimos anos vem aumentando substantivamente o número de trabalhos acadêmicos sobre os “estudos de gênero”, seja nos domínios da História, seja nos da Sociologia e Antropologia. No âmbito da historiografia, pode-se dizer que essa tendência é, em grande parte, tributária da ampliação dos objetos de pesquisa dos historiadores, advinda, principalmente, das metamorfoses da História a partir da década de 30. O *boom* dos movimentos feministas nas décadas subseqüentes e o espaço cada vez maior conquistado pelos estudos de história cultural, em detrimento de uma história social já agonizante, impulsionaram importantes mudanças epistemológicas no interior das Ciências

Humanas. Multiplicaram-se as pesquisas sobre as mulheres ao longo da História, em seus mais diversos aspectos; muitas dessas pesquisas guardaram, e, ainda hoje, guardam, o ranço do conservadorismo e hierarquia patriarcais pelos quais foram vazadas, muitas outras caminharam e caminham no sentido de se buscar uma maior compreensão da vida feminina em seus mais variados motivos, procurando se esquivar das abordagens tradicionais. Conservadoras e hierárquicas, ou não, essas pesquisas trouxeram e trazem, certamente, uma relação com o presente, com o mundo em que foram elaboradas. Mais que um truísmo já aceito na historiografia, a contemporaneidade de toda história, ou seja, as determinações do presente presentes na escrita do “passado”, faz compreensível a avalanche de trabalhos acerca de temáticas femininas dada a conhecer nos últimos anos. Pode-se afirmar que esses novos estudos sobre as mulheres são, em grande parte, originários das novas figurações femininas nos quadros sociais, das novas condições assumidas pelas mulheres em seus meios, nas sociedades modernas. Como observa Gilles Lipovetsky, “(...) como não se interrogar sobre o novo lugar das mulheres e suas relações com os homens quando nosso meio século mudou mais a condição feminina do que todos os milênios anteriores? As mulheres eram “escravas” da procriação, libertaram-se dessa servidão imemorial. Sonhavam ser mães no lar, agora querem exercer uma atividade profissional. Estavam sujeitas a uma moral severa, hoje a liberdade sexual ganhou direito de cidadania. Estavam confinadas nos setores femininos, e elas que abrem brechas nas cidadelas masculinas, obtêm os mesmos diplomas que os homens, e reivindicam paridade política. Sem dúvida, nenhuma revolução social de nossa época foi tão profunda, tão rápida, tão rica de futuro quanto a emancipação feminina.” (2000:11).

É em meio a um contexto de profundas crises epistemológicas nas Ciências Humanas, crise da modernidade e seus paradigmas, crise das grandes metanarrativas e dos essencialismos, que negros, mulheres, gays e outros grupos, negligenciados secularmente, vão reivindicar o direito de se tornarem objetos da história e de escreverem sua própria história. O legado dessas mudanças para o meio historiográfico é inegável, visto colocarem para debate, com ampla problematização, pelo menos dois aspectos nervrágicos do pensamento ocidental: o essencialismo definidor e a lógica das oposições binárias e hierárquicas. Para Heloísa Buarque de Holanda, é no contexto de crise da cultura feminista que debates sobre alteridade, nos planos político/social e acadêmico dos anos 70 irão eclodir (1994: 8). Na esteira dessas novas configurações, processa-se o “desenvolvimento” de uma “História das mulheres”, da qual os atuais *estudos de gênero* serão reconhecidamente tributários.

### **Fazendo gênero? Por que não uma história das mulheres?**

Pesquisar e escrever sobre gênero não significa o mesmo que pesquisar e escrever uma história das mulheres. Ainda que próximas estas instâncias analíticas são distintas. A distinção está, justamente, nas abordagens unilaterais que a chamada História das Mulheres teve por parte dos

historiadores, abordagens estas que, atualmente, são contrapostas pela inserção do gênero, enquanto categoria analítica, nos domínios da pesquisa histórica.

Relegadas ao silêncio da maternidade e do lar as mulheres não foram, ao longo da História, objeto de estudo dos historiadores. No âmbito da historiografia moderna, a sua inserção como objeto de estudos e preocupações é bem recente. Pode-se dizer, também, que esta inserção guarda estreita relação com as novas figurações das mulheres nas sociedades ocidentais contemporâneas. Para Maria Izilida Santos de Matos, “*A presença crescente das mulheres em diferentes espaços instigou os interessados na reconstrução das experiências, vidas e expectativas das mulheres nas sociedades passadas, descobrindo-as como sujeitos da História e objetos de estudo.*” (1998: 67)

Para Joan Scott, os historiadores que passaram a desenvolver pesquisas que tinham as mulheres como objeto achavam que depois de anos de descaso iriam “equilibrar a balança”. Para a autora,

(...) novos fatos podem documentar a existência das mulheres no passado, mas não necessariamente modificam a importância (ou falta dela) atribuída às atividades femininas. De fato, o tratamento em separado das mulheres podia servir para confirmar sua relação marginal e particularizada em relação aos temas (masculinos) já estabelecidos como dominantes e universais. (1994: 14-15)

Como pertinentemente observa o historiador social Eric Hobsbawm (1998: 83), a respeito da negligência acerca da história das mulheres, em nota a uma reimpressão de um seu artigo de 1970, “*esse campo mal começara a se desenvolver antes do final dos anos 60, mas nem eu nem nenhum outro dos que contribuíram para o volume, entre os mais destacados na profissão – todos homens - , parece ter se dado conta da lacuna.*”

Historiadores e historiadoras não feministas ou despreocupados com as problemáticas postas pelo feminismo reconheceram, posteriormente, a existência de uma *história das mulheres*, mas para em seguida relegá-la a um domínio em separado. Como cita Scott (1995: 74), “*as mulheres tiveram uma história separada dos homens, em conseqüência deixemos as feministas fazer a história das mulheres que não nos diz respeito*” ou, “*a história das mulheres diz respeito ao sexo e à família e deve ser feita separadamente da história política e econômica*” ou, ainda, “*minha compreensão da Revolução Francesa não muda por saber que as mulheres dela participaram.*”

Tendo entrado pela porta dos fundos na historiografia, a *história das mulheres* não logrará grande êxito nos domínios da história social, ainda de vieses marcadamente marxistas e essencialistas, ainda a conceber classe, por exemplo, como uma massa uniforme e homogênea. Mesmo que se considere as inúmeras limitações dadas, é de se reconhecer que essa *história das mulheres* teve um papel de inclusão, conferindo às mulheres, através de seus próprios esforços, meios de obterem maior visibilidade nos campos historiográficos. Mas incluir não significou dar espaços e condições, isso torna compreensível o impacto limitado que a *história das mulheres* teve entre os historiadores.

Em uma perspectiva mais ampla, é necessário considerar que, junto com as mulheres, sob pressão da Antropologia, os “novos” grupos minoritários eram também incluídos no discurso histórico, só que, como aquelas mesmas, em iguais condições. As novas problemáticas colocadas por e em relação a esses grupos, em conjunto com práticas que visavam lhes conferir maior visibilidade fizeram coro às mudanças que se operavam, desde a década 70, principalmente, no meio historiográfico. Ligadas à passagem de uma história social cêntrica a uma história social da cultura ou cultural de perspectivas mais amplas, essas mudanças colocavam em cheque as teorias e métodos aplicadas aos novos objetos e revisavam, de modo problematizante e significativo, as noções de experiência. No tocante aos estudos das mulheres, por exemplo, componentes diferenciadores, até então não muito observados nas práticas historicistas, como raça, classe, educação, informação, etc, passaram a compor o olhar de historiadores e historiadoras. Evitando análises generalizantes e deterministas e concebendo as inúmeras limitações da parcialidade, a velha *história das mulheres* caminhará, então, no sentido de incorporar à própria visão de “mulheres” um ponto de vista relacional, ao incorporar o *gênero* como categoria de análise histórica.

Tendo emergido como preocupação teórica na historiografia somente a partir do final do século XX, pode-se dizer que a problematização das relações de gênero consiste no *mais importante avanço isolado na teoria feminista* (FLAX, 1991: 226). Como observa Scott (1995: 85), o uso do termo surge em meio a uma efervescência epistemológica, num contexto de mudanças e crise de paradigmas; é neste contexto de mutações teóricas que se localiza a expansão dos estudos de gênero, sendo coerente afirmar que os mesmos emergiram “*da crise dos paradigmas tradicionais da escrita da História*” (MATOS, 1998: 67).

Não o homem - não a mulher, mas os homens e as mulheres, diferentes uns em relação aos outros e entre eles(as) próprios(as), contudo, só compreensíveis em uma perspectiva relacional. É aqui que se situa a grande contribuição do gênero enquanto categoria de análise histórica. Em utilizações mais recentes, como entre as feministas americanas, por exemplo, preocupadas em enfatizar *o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo*, gênero indicava

(...) uma rejeição do determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”. O termo gênero enfatizava igualmente o aspecto relacional das definições normativas da feminilidade. Aquelas que estavam preocupadas pelo fato de que a produção de estudos sobre mulheres de maneira demasiado estreita e separada utilizaram o termo “gênero” para introduzir uma noção relacional em nosso vocabulário analítico. Segundo esta visão, as mulheres e os homens eram definidos em termos recíprocos e não se poderia compreender qualquer um dos sexos por meio de um estudo inteiramente separado. (SCOTT, 1995: 72)

Ao reivindicar para si a interdependência dos sexos como uma necessidade cognitiva, os estudos de gênero irão apontar para a morte das definições essencialistas e para os componentes sociais e culturais que constituem indivíduos e práticas. Para Linda Nicholson, “o *“gênero” foi desenvolvido e é utilizado em oposição a “sexo”, para descrever o que é socialmente construído, em oposição ao que é biologicamente dado*” (2000: 9), visto que a tendência a pensar em identidade sexual como algo dado, básico e comum entre as culturas é muito poderosa (p. 15).

A expressão relações de gênero, tão amplamente utilizada nos estudos atuais designa, segundo Maria Lygia Quartim de Moraes, a incorporação de uma perspectiva primordialmente culturalista. Para ela “(...) as categorias diferenciais de sexo não implicam no reconhecimento de uma essência masculina ou feminina, (...) *mas, diferentemente apontam para a ordem cultural como modeladora de mulheres e homens*” (MORAES, 1998: 100). Sob uma ótica antropológica, Jamake Highwater adota uma postura crítica em relação àqueles que vêem nos genitais o selo do destino das sociedades, estabelecendo padrões comportamentais a todos os grupos sociais. Para Highwater, “Temos que reconhecer que o sexo é objeto de intensa sociabilização e que toda cultura define várias práticas como próprias e impróprias, morais e imorais, sadias e patológicas” (1992: 16). Crê esse autor que há uma história da sexualidade que não foi reconhecida pela ideologia ocidental pelo fato desta ver a atividade sexual como instintiva, inata e natural, enfim, imutável, não concebendo o fato de ser a sexualidade um fenômeno culturalmente determinado. No que se refere à sexualidade o Ocidente a caracteriza “(...) *em termos de opostos binários: homem e mulher, heterossexual e homossexual, sexo marital e sexo pré-marital ou extraconjugal.*” Para Highwater, é esta dicotomia excludente (homem ou mulher, bem ou mal, luz ou escuridão, heterossexual ou homossexual) que nos dificulta a compreensão da sexualidade de outros povos e outras eras (p. 24). Para Jane Flax, as diferenças biológicas são norteadoras de nossa concepção binária de sexualidade.

Assim, parece haver um complexo de relações que tem associado, dado significados: pênis ou clitóris, vagina e seios (leia-se distintivamente corpos masculinos ou femininos), sexualidade (leia-se reprodução – nascimento de bebês), percepção do eu como um gênero característico, diferenciado – ou (e somente) uma pessoa masculina ou feminina (leia-se relações de gênero como uma categoria “natural” e excludente). Isto é, acreditamos que só há dois tipos de seres humanos, e cada um de nós só pode ser um deles.”

A compreensão das relações de gênero passa, então, pela rejeição do caráter fixo e permanente das oposições binárias e pela historicização e desconstrução dos termos da diferença sexual (SCOTT, 2000: 84). Esta constatação é de significativa relevância na medida em que rompe não só com o determinismo biológico como, também, com a própria ordem cultural modeladora do “ser homem” ou “ser mulher” nas sociedades, ao reconhecer nesta condição um estatuto histórico e culturalmente construído.

É justamente neste ponto, ao postular a desnaturalização das identidades sexuais que se encontra um dos maiores méritos dos estudos de gênero – a constatação de que as categorias de identidade foram social e culturalmente construídas. Neste sentido pode-se dizer que, para além da (re) inserção de um velho/novo objeto nos estudos históricos, as análises de gênero contribuíram e contribuem para um aprimoramento teórico-metodológico da História enquanto disciplina.

À perspectiva culturalista dita por Moraes, que rompe com o determinismo dos gêneros, pode-se associar, então, a própria negação da escrita de uma simples “História das Mulheres” que não veja estas últimas de um ponto de vista relacional. O próprio termo gênero, anteriormente utilizado como sinônimo de História das Mulheres, hoje assume uma conotação bem mais ampla.

Para Matos, “*Como nova categoria, o gênero vem procurando dialogar com outras categorias históricas já existentes, mas vulgarmente ainda é usado como sinônimo de mulher, já que seu uso teve uma acolhida maior entre os historiadores desse tema*” (MATOS, 1998: 69). É importante ressaltar, contudo, que “gênero” concerne tanto aos homens quanto às mulheres, ainda que o grosso das análises que utilizam esse conceito esteja referindo-se a mulheres. Um importante aspecto a ser observado é a neutralidade que pode assumir esse aspecto relacional, onde, por trás do conceito “gênero”, podem se ocultar as diferenciações e desigualdades, *enquanto o termo “história das mulheres” proclama sua posição política ao afirmar (contrariamente às práticas habituais) que as mulheres são sujeitos históricos válidos.*” (SCOTT, 2000: 75) Isso não deve constituir, contudo, uma invalidação do conceito, mas deve, sim, funcionar como um dispositivo que, ao possibilitar uma maior compreensão da vida de homens e mulheres, não oculte a existência e a importância dessas e nem os conflitos entre os “sexos”. Cabe, nesse ponto, à História e aos historiadores e também às ciências de uma forma geral, uma maior exploração dessa perspectiva relacional, que transcenda a repetitividade do discurso e alcance a *praxis* social, interferindo no humano e lhe possibilitando uma maior compreensão.

## Agradecimentos

Agradeço a Adilton Luís Martins (PUC-Campinas), Margareth Rago (Unicamp), Pedro Paulo Funari e Renato Ortiz (Unicamp) a leitura e discussões em torno desse texto. As idéias, contudo, são de minha inteira autoria e responsabilidade.

## Bibliografia

- BOURDÉ, Guy, MARTIN, Hervé. **Les écoles historiques**. Paris: Éditions du Seuil, 1990.
- BUARQUE DE HOLANDA, Heloísa. Feminismo em tempos modernos. In:\_\_\_\_\_. **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- FLAX, Jane. Pós-moderno e relações de gênero na teoria feminista. In: BUARQUE DE HOLANDA, Heloísa (org.). **Pós-modernidade e política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991. pp. 217-250.
- FONTANA, Josep. **História depois do fim da História**. Tradução de Antônio Penalves Rocha. Bauru: Edusc, 1998.
- FUKUYAMA, Francis. **O fim da História e o último homem**. Tradução de Aulyde Soares Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 1992.
- HIGHWATER, Jamake. **Mito e sexualidade**. Tradução de João Alves dos Santos. São Paulo: Saraiva, 1992.
- HOSBSBAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.



LIPOVESTSKY, Gilles. **A terceira mulher**: permanência e revolução do feminino. Tradução de Maria Lúcia Machado. São Paulo: Cia das Letras, 2000.

MATOS, Maria Izilda Santos. Estudos de gênero: percursos e possibilidades na historiografia contemporânea. **Cadernos Pagu**, Campinas, 11, 1998. pp. 67-76.

MORAES, Maria Lygia Quartim de. Usos e limites da categoria gênero. **Cadernos Pagu**, 11, 1998, pp. 99-105.

NICHOLSON, Linda. Interpretando o gênero. **Estudos Feministas**, v. 8, n.2, 2000, pp. 9-41.

SCOTT, Joan Wallach. Prefácio a *Gender and politics of History*. **Cadernos Pagu**: dossiê desencontros, desamores e diferenças. 3, 1994, pp. 11-28.

\_\_\_\_\_. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, 20, 2, 1995, pp. 71-99.